



MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Subprocurador-Geral

Ofício nº 001/2022 (GAB)

Brasília-DF, em 17 de janeiro de 2022.

À Sua Excelência

BRUNO DANTAS

Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU)

Assunto: transparência processual e possível suspeição.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Buscando acompanhar as demandas por mim submetidas a essa Corte de Contas, pude notar em consulta ao TC 006.684/2021-1 e, especialmente ao TC 035.857/2015-3, que diversas peças se encontram com permissões insuficientes para acesso ao conteúdo.

O TC 006.684/2021-1 trata-se representação autuada em cumprimento à decisão monocrática (peça 1) que Vossa Excelência proferiu no TC 035.857/2015-3, em que determinou a adoção de medidas com vistas a apurar os indícios de irregularidades noticiados no Ofício nº 002/2021-GAB envolvendo a Operação Lava-Jato e a empresa Odebrecht S.A.

Destaco que o Ofício nº 002/2021-GAB foi por mim encaminhado a Sua Excelência tendo em vista a correlação de assuntos com representação oferecida visando apuração dos prejuízos ocasionados aos cofres públicos pelas operações supostamente ilegais dos membros da Lava Jato de Curitiba e do ex-juiz Sérgio Moro, mediante práticas ilegítimas de *revolving door*, afetando a empresa Odebrecht S.A., e *lawfare*, conduzido contra pessoas investigadas nas operações efetivadas no âmbito da chamada “Operação Lava Jato”.

Sendo assim, destaco que, no âmbito do nosso Estado Democrático de Direito, a transparência é a regra, e o sigilo a exceção. Essa premissa inclusive configura princípio fundante expresso da Administração estatal (art. 37, Constituição Federal). De certo, existem casos em que o sigilo deve ser aplicado, porém, o sigilo nunca pode servir como suposta blindagem e/ou ocultação de informações.

Portanto, venho solicitar e propor a Vossa Excelência que, na qualidade de relator dos TCs 006.684/2021-1 e 035.857/2015-3, adote medidas no sentido de tornar público todas as peças dos processos envolvendo o ex-juiz Sérgio Moro, especialmente relacionados à Odebrecht S.A e à empresa Alvarez & Marsal, com ressalvas àquelas que **motivadamente** devam ser resguardadas sob sigilo.

Por fim, mas não menos importante, informo que chegou ao meu conhecimento possível atuação do Sr. Júlio Marcelo, procurador deste Ministério Público junto ao TCU, perante Vossa Excelência solicitando que os processos acima referenciados não sejam despachados a mim, mas que vão a sorteio.

Conforme último ofício encaminhado a Sua Excelência (Ofício nº 057/2021 (GAB) de 10 de dezembro de 2021), sinto-me no dever de tentar colaborar com a melhor apuração dos fatos no âmbito do Tribunal de Contas da União, visto que o processo foi originado de ofício e representação de minha lavra; sem prejuízo ao resguardo da atribuição a outro membro e em cumprimento à Portaria -MP/TCU nº 02, de 31 de agosto de 2020.

Dessa forma, ressalto que minha atuação se encontra respaldada nos regulamentos internos, não havendo suspeição de minha parte. Em caso de suposta suspeição a ser verificada, entendo que deveria avaliar a do próprio Sr. Júlio Marcelo, visto ele ser amigo do responsável em análise (ex-juiz Sérgio Moro).

Sendo, pois, o que tinha a participar a V. Ex.^a, aproveito o ensejo para manifestar protestos de estima, respeito e consideração.

Atenciosamente,

(Assinado Eletronicamente)

Lucas Rocha Furtado

Subprocurador-Geral